

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16725 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

COMPREENSÕES AMBIENTAIS POTENCIALIZADAS PELO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Gabriel Tamanchieviz Argenton - PPGEDU/UFRGS

Matheus Fernando Mohr - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

COMPREENSÕES AMBIENTAIS POTENCIALIZADAS PELO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

RESUMO: Este estudo é parte dos resultados de uma pesquisa de campo realizada com atingidos por barragens da Usina Hidrelétrica (UHE) Itá em Aratiba (RS), pertencentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Trata da organização política, do repertório de ações coletivas e do forte nível de mobilização produzida por este Movimento Social ao longo de sua história. Como objetivo geral da pesquisa está o caráter formativo relacionado à consciência ambiental dos participantes no processo de mobilizações sociais em torno da instalação da UHE Itá no Rio Uruguai. Para isso, realizou-se pesquisa de campo e bibliográfica com análise qualitativa, além de estratégias da pesquisa participante, envolvendo visitas ao território e entrevistas com sujeitos ativos na discussão e organização contra a instalação da usina. De acordo com os dados coletados e analisados, observamos que o processo vivenciado pelos participantes do MAB contribui para com a ampliação de uma consciência ambiental na perspectiva crítica. O trabalho destaca, ainda, o papel educativo dos movimentos sociais, confirmando o que outros estudos já evidenciam.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais. Educação. Meio Ambiente.

Introdução

Este texto trata da sistematização de parte dos resultados de uma pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, realizado a partir de uma pesquisa de campo com as populações atingidas por barragens do rio Uruguai. Buscou-se investigar as compreensões ambientais dos atingidos da UHE Itá, residentes no município de Aratiba (RS), trazendo como foco os impactos que a presença e o papel do MAB produziram na identificação de alterações no meio ambiente.

As lutas contra a instalação da UHE Itá são um marco na formação política do Alto Uruguai, em especial no lado gaúcho. A cidade de Aratiba, no Rio Grande do Sul, foi escolhida como trecho do Rio Uruguai para ser instalada e teve grandes áreas atingidas pelo alagamento decorrente do represamento do rio. Diversos foram os impactos causados nas populações ribeirinhas, que decidiram mobilizar-se em favor de seus direitos. Assim, o MAB surge como uma expressão política da luta dos atingidos, imerso nos “conflitos distributivos” (ALIER, 2012) que se estabeleceram na região.

Metodologia

A investigação se caracteriza como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com a abordagem da pesquisa participante. Pensar a pesquisa participante é aliar-se a uma análise próxima da educação popular, como afirmam Brandão e Borges (2007, p.54): “partindo da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”. A pesquisa participante tem relação com o compromisso social e político que o pesquisador assume enquanto sujeito ativo nos movimentos sociais e organizações coletivas.

Entre os entrevistados foram escolhidas duas lideranças locais que atuaram nas mobilizações durante a construção da barragem e duas jovens que, à época, eram crianças. Isto permitiu entender as reflexões em dois níveis, sobre como o debate ocorria durante as mobilizações e como se dá na atualidade.

As falas sobre os impactos ambientais das entrevistas foram agrupadas em três categorias de análise: *a) alterações na biodiversidade do rio Uruguai, b) mudanças na organização social das comunidades e c) aspectos da esfera produtiva.*

Resultados e Discussões

Sobre as questões ambientais propostas pelas populações afetadas utilizou-se como base teórica de Alier que trata da ecologia numa visão crítica, ao trazer como principal

métrica o campo das mobilizações e práticas realizadas pelas camadas populares. Segundo este autor, a ecologia política estuda os conflitos distributivos, isto é, “os conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não” (2012, p. 110). Complementando as discussões sobre os conflitos distributivos, podemos afirmar que estes são formados a partir da desigualdade no processo de distribuição ecológica, mediado por interesses de classes sociais distintas. Nesse sentido, ao descrever tal processo, o autor conceitua que:

Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. (Alier, 2012, p. 113)

Nessa direção, o conflito gerado pelo estabelecimento de grandes empreendimentos hidrelétricos evidencia que o crescimento econômico, em muitas das vezes, promove degradação ambiental, mediante o caráter expansionista dos interesses de grupos ligados a países da Europa e América do Norte (Alier, 2012). Também, essa corrente assinala que, em contrapartida ao avanço prejudicial desses setores, os povos originários e camponeses cumprem um papel importante de coevolução sustentável assegurando o manejo e proteção da biodiversidade, como assinala o mesmo autor:

O movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política (Alier, 2012, p. 39).

Pode-se tecer aproximações entre o MAB e o que Alier nomeia de “ecologismo dos pobres”, destacando a centralidade no debate sob a perspectiva dos povos impactados. Embora em sua gênese o MAB não tenha se colocado como um movimento ambientalista, após a Eco 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) ocorreu uma mudança na percepção por parte dos sujeitos deste movimento, quando passam a considerar e analisar com maior profundidade a especificidade da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável. A Eco 92 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) para aprofundar os debates sobre o sentido de desenvolvimento e o esgotamento de recursos

naturais. Nesse evento diversos líderes se reuniram para pensar alternativas em nível global, quando houve grande mobilização entre os movimentos sociais para conscientizar suas bases sobre como deveriam ser feitas essas mudanças.

Deste modo, uma das entrevistas cita o texto “A educação ambiental no contexto dos atingidos por barragens” de Elcio Oliveira da Silva, Leonilda Maria Funez e Luiz Alencar Dalla Costa, publicado no livro Educação Ambiental e Cidadania: Cenários Brasileiros (2003) que, dentre outras questões, trata das influências causadas no Movimento, pela Eco 92, demonstrando a existência de espaços formativos que trazem as preocupações do MAB frente a questão ambiental, além de descrever quais ações foram realizadas para materializar essas discussões, alicerçada por dois importantes eventos: Curso de Educação Ambiental (1991) e Seminário Regional de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (1995).

O Curso de Educação Ambiental foi importante para confrontar os discursos que eram difundidos entre os atingidos e a sociedade civil, tendo sido contemplados professores da rede pública e agricultores com oferta de 36 cursos envolvendo 1400 profissionais da educação e outros 8 cursos locais que atingiram cerca de 304 agricultores (SILVA; FUNEZ; COSTA, 2003). O currículo do curso foi uma construção conjunta entre o MAB e o corpo docente, utilizando-se de temas amplos de modo a possibilitar maior diálogo com prefeituras e escolas durante a execução.

Por sua vez, o Seminário Regional de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável teve a finalidade de divulgar e ampliar as discussões sobre a temática da educação ambiental em outros espaços da sociedade. Esses momentos foram importantes para o aprofundamento das discussões sobre educação e meio ambiente, bem como para o estabelecimento de um amplo diálogo com a região do Alto Uruguai, em vista de constituir alternativas que permitissem analisar mais criticamente a construção das barragens, sendo Aratiba um dos municípios onde ocorreu o referido curso.

Nas entrevistas realizadas, as compreensões sobre os impactos ambientais foram agrupadas em três categorias: *a) alterações na biodiversidade do rio Uruguai, b) mudanças na organização social das comunidades e c) aspectos da esfera produtiva.*

Sobre as alterações da biodiversidade do rio Uruguai observou-se: 1) Perda de diversidade de peixes, principalmente do dourado que precisaria subir o Rio (citado por todos

entrevistados); 2) Mau cheiro na água e formação de lodo no lago da barragem, devido à falta de oxigenação; 3) Água parada que ocasiona o efeito “espelho” com aumento da sensação térmica; 4) Restrição de uso do lago para animais, sendo exclusividade da empresa a utilização das águas do lago; 5) Perda do estreito do Rio Uruguai e da Volta do rio Uvá, dois espaços de grande riqueza natural.

Tais mudanças partem da maneira de como a empresa interviu no rio que, ao impor suas regras, alterou um bem comum destinado às atividades locais, desconsiderando o histórico de construção das comunidades. Depois da construção da barragem *“O uso do lago é restrito. Os animais não podem chegar no lago. Para retirar água não consegue, agora na época de seca o município teve que entrar com uma ação para “catar” água pros bichos não morrer”*, apresenta uma das entrevistadas.

Nos pontos relacionados à dinâmica da organização social das comunidades um dos entrevistados relatou que ao tratar das mediações entre empresa e comunidades, deveria ser entendido que *“o sujeito do ambiente é o ser humano”*. No movimento contrário, se introduziu um novo sujeito que passa a mandar nas comunidades por meio da imposição (o projeto e seus funcionários), enfraquecendo o sentimento de pertença do camponês em relação às suas terras. Os elementos destacados nesse sentido, foram: 1) Perda de espaços de lazer, como a própria sede da comunidade Sarandi, sendo citado um bosque ao lado, que servia como uma sombra para os adultos jogarem baralho e para as crianças brincarem; 2) O lazer ficou destinado somente para os ricos que utilizam a barragem com seus jet-skis e barcos a motor; 3) Exclusão da tradição ligada ao rio Uruguai, utilizado para transporte e pesca, destinando o rio apenas como um atrativo turístico; 4) Perdeu-se a atividade de lazer que era tomar banho no rio, com espaços de lazer alagados, como é o exemplo das “praias” que haviam na beira do rio.

Na questão produtiva, principalmente sobre as mudanças na agricultura, os pontos evidenciados foram: 1) A readaptação de plantio em outros lugares, sendo alagadas as terras mais planas; 2) Menor avanço tecnológico nas comunidades atingidas por conta da dificuldade de introduzir o maquinário no novo relevo, além da falta de estrutura para estradas e propriedades; 3) Imposição do uso de agrotóxicos e perda de variedades crioulas, como afirma uma das entrevistadas, ao citar *“como as áreas boas foram alagadas, os agrotóxicos foram impostos”*. Essa mesma entrevistada afirma que nas áreas atingidas de sua família, na comunidade Sarandi, plantavam arroz e trigo, culturas que foram se perdendo; 4) Aumento de

neblina e geada, prejudicando culturas que precisam de sol, ocasionando também a mudança na alimentação das pessoas; 5) Introdução de novas culturas e criações como laranja, tomate e suínos.

Observa-se como os processos industriais foram impostos utilizando-se desse momento de fragilidade dos atingidos, bem como da situação desfavorável ao plantio nas terras acidentadas, que foram as menos afetadas por serem as terras mais altas. No contexto apresentado por uma das entrevistadas, *“Meu pai tinha um moinho e uma bodega (bar), [...] e era o único moinho da região, então todos os agricultores vinham em casa, então isso era uma coisa legal porque eu via muito isso a pertença do camponês à terra e o cuidado. E, uma coisa que me chamou muita atenção nesse processo, [...] que o pai descascava arroz e fazia farinha de milho. E, na época, fazia farinha de trigo também, então depois que eu cresci eu vi que não havia mais plantação de trigo”*, o que evidencia um pouco das mudanças que foram apresentadas nos parágrafos anteriores. Complementa, ainda, ao tratar dos agrotóxicos, *“era muito difícil a plantação de trigo em áreas que não eram planas e, também, porque depois que veio a barragem as áreas mais planas ficaram inundadas, o que acarretou de ficarem só os morros, e começou-se a usar muito veneno, agrotóxicos na plantação, também se tornava inviável essa cultura”*.

Conclusões

Escrever sobre movimentos sociais e educação é um grande desafio, principalmente pela complexidade de identificar os aspectos pedagógicos nas ações propostas por essas organizações. Porém, não podemos ignorar a capacidade de alterar concepções sobre o mundo, a partir dos espaços em que as pessoas vivem e participam. Tal função é designada às instituições formais de ensino, quase sempre a partir de um viés não crítico.

Em contrapartida, noções mais abrangentes são formadas a partir da organização coletiva e resultados de ações de lutas, como o caso do MAB. Essas construções estão intimamente ligadas com o processo educativo que ocorre dentro do Movimento, ao demonstrar uma alternativa de manutenção da vida, em oposição ao que as empresas barrageiras impõe para as comunidades.

Isto nos remete afirmar que o MAB foi construindo um posicionamento em relação às questões ambientais na medida em que foi se deparando com os impactos sentidos, reinventando, assim, sua maneira de analisar e atuar sobre as mudanças ambientais que ocorrem por conta das barragens.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BRANDÃO, C; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, set. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/issue/view/880>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CAVALCANTI, C. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 169-178, 24 dez. 2015. Universidade Federal do Paraná.

GIL, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. edição. São Paulo: Atlas, 2019

SILVA, Elcio Oliveira da; FUNEZ, Leonilda Maria; COSTA, Luís Alencar Dalla. A educação ambiental no contexto do Movimento dos Atingidos por Barragens. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (org.). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 113-118.